

## 13.<sup>a</sup> Conferência Nacional de Saúde

**Informação, Educação e Comunicação: Eixo transversal e estruturante para a gestão das políticas públicas de Saúde, e fundamental para a participação e o controle social, a efetivação do direito à saúde e o reconhecimento do SUS como um bem público e patrimônio da sociedade brasileira.**

Senhores(as) Delegados(as) da 13.<sup>a</sup> Conferência Nacional de Saúde

Com o intuito de colaborar com a inserção de proposições no campo da Informação, Educação e Comunicação nos três eixos da 13.<sup>a</sup> Conferência, foi realizado pela Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde, de 22 a 25 de outubro de 2007, em Brasília – DF, o **II Fórum de Informação em Saúde (II FIS)**.

O II FIS teve como objetivos: o intercâmbio e a articulação de iniciativas de gestão do conhecimento, o fortalecimento do trabalho em redes colaborativas, a construção participativa de uma política nacional nesse campo e a formulação de propostas para a Conferência Nacional de Saúde.

O evento contou com a participação de 319 profissionais de cerca de 50 instituições e se caracterizou pela realização de palestras com especialistas e gestores da saúde e de outras áreas do Governo, debates e uma plenária final. A articulação das iniciativas institucionais de gestão e de construção de uma política nacional está pautada pela integração das diversas áreas de trabalho e de conhecimento. Assim, na programação do evento constaram as seguintes realizações:

**IV Encontro da Rede de Bibliotecas e Unidades de Informação Cooperantes da Saúde Brasil – BiblioSUS;**  
**II Oficina de Patrimônio Cultural da Saúde;**  
**II Oficina de Gestão Arquivística de Documentos Digitais;**  
**I Encontro dos Profissionais de Comunicação do Ministério da Saúde;**  
**I Encontro de Tecnologia da Informação para a Saúde.**

Por se caracterizar como uma política intersetorial, cumpre registrar também algumas instituições convidadas e presentes no Fórum, que expressam a busca de alinhamento estratégico e cooperação com outras iniciativas:

- Ministério da Saúde
- Hospitais Federais do SUS
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária
- Agência Nacional de Saúde Suplementar
- Fundação Oswaldo Cruz
- Organização Pan-Americana da Saúde (Opas)
- Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme)
- Ministério da Saúde do Chile/ Unidade de Patrimônio Cultural
- Universidade de Saúde do Chile/ Museu de Medicina da Universidade do Chile
- Presidência da República
  - Secretaria de Comunicação
  - Arquivo Nacional
- Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- Ministério da Ciência e Tecnologia
  - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
  - Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social/ Projeto Casa Brasil
- Câmara dos Deputados
- Senado Federal/ Prodasen
- Serviço Federal de Processamento de Dados/ Governo Eletrônico
- Universidade Federal Fluminense

- Universidade Federal da Bahia
- Secretarias Estaduais de Saúde de todos os Estados
- Secretarias Municipais de Saúde do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Prado/BA e de Teixeira de Freitas/BA
- Oboré Projetos Especiais
- Coordenação Nacional do Escudo Azul/ Arquivo Nacional/RJ
- Universidade de São Carlos/SP
- Instituto Sul-Matogrossense para Cegos
- Museu de Imagens do Inconsciente/ Instituto Municipal Nise da Silveira

Todo processo de encaminhar proposições à 13.<sup>a</sup> Conferência Nacional de Saúde tem como base:

- Os marcos históricos e legais do SUS, com destaque para as recomendações da 12.<sup>a</sup> Conferência Nacional de Saúde no eixo Informação, Educação e Comunicação em Saúde, que possibilitou validar como diretrizes nacionais importantes iniciativas institucionais em curso;
- O Pacto de Gestão, o Plano Nacional de Saúde, o Plano Plurianual – o PPA, o PAC Saúde e as Metas do MS (discurso de posse do Ministro José Gomes Temporão);
- A *Política Editorial do Ministério da Saúde* instituída em 2004 e as Resoluções do Conselho Editorial do Ministério da Saúde;
- O documento *Contribuições da área de Documentação e Informação ao Pacto Nacional de Democratização e Qualidade da Informação e Comunicação em Saúde com foco na participação e controle Social*, articulado pelo Conselho Nacional de Saúde, mais especificamente pela Comissão de Comunicação e Informação em Saúde e construído por meio de cinco seminários regionais e um nacional, em dezembro de 2006;
- A *Carta Brasília*, anexa, que expressa o compromisso com a construção de uma Política Nacional de Informação em Saúde e com o referido Pacto, a qual foi resultado do I Fórum de Informação em Saúde, realizado em dezembro de 2006, com cerca de 250 profissionais oriundos de 35 instituições;
- A participação dos diversos profissionais e áreas do Ministério da Saúde nas iniciativas de estruturação e proposição de uma política nacional nesse campo, e que já atuam para a efetivação do direito à informação pública;
- E, mais recentemente, as propostas encaminhadas pela Coordenação-Geral de Documentação e Informação (CGDI/SAA/SE/MS) ao PAC Saúde, apresentadas durante a participação da área na Reunião Ampliada da Comissão Intersetorial de Comunicação e Informação em Saúde do Conselho Nacional de Saúde (CNS), ocorrida em Brasília nos dias 29 e 30 de agosto de 2007 – etapa preparatória para a 13.<sup>a</sup> Conferência Nacional de Saúde.

O II FIS teve como resultado a integração de profissionais da esfera federal, estadual e municipal, ratificando o compromisso de construir uma política nacional que expresse, de forma integrada e interdependente, os campos da informação, educação e comunicação. Considerado como uma premissa essencial para garantir os princípios de integralidade, de universalidade e da equidade preconizados pelo Sistema Único de Saúde.

A produção, captação, preservação, acesso, intercâmbio e circulação de conhecimento com segurança e qualidade são requisitos para ampliar o diálogo entre gestores, profissionais, conselheiros e usuários e favorecer a tomada de decisão, garantir a participação social e superar os desafios de gestão da saúde no Brasil.

Diante do exposto e com o objetivo de garantir os avanços já obtidos na 12.<sup>a</sup> Conferência Nacional de Saúde e conquistar novos marcos legais, os profissionais de informação reunidos no II Fórum de Informação em Saúde – bibliotecários, arquivistas, museólogos, tecnólogos, analistas, programadores, jornalistas, radialistas, publicitários, designers, linguistas, pedagogos, professores, antropólogos, arquitetos, assistentes sociais, administradores, advogados, biólogos, cientistas sociais, historiadores, economistas, médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, farmacêuticos, fisioterapeutas, psicólogos, trabalhadores da saúde – apresentam a seguir um conjunto de propostas, e reafirmam seu compromisso em contribuir para a saúde como um direito de todos.

## **Propostas do II Fórum de Informação em Saúde para a 13.<sup>a</sup> Conferência Nacional de Saúde**

### **Saúde e Qualidade de Vida: Política de Estado e Desenvolvimento.**

#### **Eixo I: Desafios para a Efetivação do Direito Humano à Saúde no Século XXI: Estado, Sociedade e Padrões de Desenvolvimento.**

1.1. Ampliar a transparência e a disseminação da informação pública no âmbito da saúde e consolidar canais de comunicação institucional com a sociedade com foco nos direitos dos usuários e no controle social.

1.2. Garantir a implantação de processos de diagnóstico, monitoramento e avaliação das ações governamentais nas três esferas do SUS, com o objetivo de favorecer o aperfeiçoamento da gestão e do controle social.

1.3. Fomentar a preservação da memória institucional e o uso da literatura técnico-científica nacional e internacional para qualificar os processos de trabalho e a tomada de decisão dos gestores, profissionais, usuários e conselheiros.

1.4. Expandir o Modelo Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) para o registro, o acesso e a disseminação das informações produzidas pelas instituições do SUS e consolidar a BVS Brasil como instância nacional da Rede BVS da América Latina e Caribe.

1.5. Implantar as Estações BVS nos postos de saúde de todo o Brasil com recursos financeiros do FUST, incluindo um profissional capacitado para o atendimento das demandas de informação dos usuários nos serviços públicos de saúde.

1.6. Viabilizar para os profissionais dos serviços de saúde acesso aos conteúdos do portal CAPES/MEC, por meio de um consórcio público do Sistema Único de Saúde.

1.7. Garantir o acesso equitativo às informações institucionais produzidas e acumuladas nos órgãos e entidades das três esferas do SUS.

1.8. Disseminar as melhores práticas de gestão, processos e aplicativos, desenvolvidos no âmbito da saúde e ampliar a divulgação das ações do SUS nos diversos meios de comunicação.

1.9. Fomentar a utilização de novas tecnologias e a capacitação dos profissionais de saúde, a fim de garantir o atendimento de qualidade aos usuários dos SUS e o acesso à informação em saúde.

## **Eixo II: Políticas Públicas para a Saúde e Qualidade de Vida: o SUS na Seguridade Social e o Pacto pela Saúde.**

2.1. Realizar a primeira Conferência Nacional de Informação, Educação e Comunicação em Saúde e instituir uma Política que integre princípios e diretrizes neste campo e contemple os componentes de informática, telecomunicação, radiodifusão e outras tecnologias, mobilização e educação popular, documentação, história e patrimônio cultural da saúde.

2.2. Garantir amplo acesso às informações sobre os direitos dos usuários dos serviços de saúde e sobre os hábitos saudáveis para a promoção e proteção da saúde.

2.3. Aperfeiçoar os marcos legais e regulatórios do SUS com ações para consolidação e revisão dos atos normativos favorecendo a desburocratização do sistema.

2.4. Garantir a implementação e o pleno funcionamento do Cartão Nacional de Saúde em todo o território nacional e aperfeiçoar a segurança, os aplicativos e a qualidade dos registros referentes à atenção à saúde prestada aos usuários do SUS.

2.5. Harmonizar, sistematizar e difundir a terminologia utilizada na saúde brasileira que inclua palavras e expressões de comunidades e grupos considerando suas características, sociais, culturais e regionais, e estruturar as fontes de informação de interesse do controle social.

2.6. Implantar um sistema nacional de legislação da saúde (federal, estadual e municipal) com acesso livre na internet aos textos completos dos atos normativos no campo da saúde.

2.7. Viabilizar nos fundos de saúde das três esferas de gestão do SUS o financiamento de planos, programas e projetos de informação, educação e comunicação em saúde, para estruturar atividades e serviços qualificados de atendimento aos usuários.

2.8. Adotar uma política editorial nas três esferas do SUS e efetivar a disseminação e a distribuição de produtos informacionais com equidade de acesso em todo o território nacional.

2.9. Divulgar e estimular o uso das informações consolidadas resultantes da atuação das ouvidorias, com a finalidade de orientar a formulação de políticas públicas e as ações dos gestores.

2.10. Buscar a conformidade da infra-estrutura tecnológica do setor Saúde com os Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico e promover a plena acessibilidade à informação de interesse público no campo da Saúde.

2.11. Estimular a utilização de veículos comunitários (emissoras de rádio, TV) como instrumentos públicos de comunicação e divulgação do interesse da sociedade, do SUS e da saúde, bem como dos direitos dos usuários.

### **Eixo III – A Participação da Sociedade na Efetivação do Direito Humano à Saúde**

3.1. Fortalecer a percepção da população sobre o SUS como um bem público, com ações de fomento à cooperação e à educação para a construção de uma cultura de preservação, valorização e disseminação da História e do Patrimônio Cultural da Saúde no âmbito das instituições públicas e privadas.

3.2. Assegurar a implantação e o funcionamento das Comissões de Comunicação e Informação dos Conselhos de Saúde nas três esferas do SUS, de forma a garantir o direito à informação e a maior capacidade de comunicação e mobilização da sociedade.

3.3. Fomentar a cooperação nacional e internacional e o intercâmbio técnico, científico e normativo com instituições públicas e privadas, para estímulo à produção, ao acesso e à divulgação científica e cultural.

3.4. Garantir atendimento público às demandas de informação em saúde com a consolidação da Rede de Bibliotecas e Unidades de Informação Cooperantes da Saúde – Brasil (Rede BiblioSUS) e do registro da memória técnica do SUS – por meio da base de dados Coleção Nacional das Fontes de Informações do SUS (ColecionaSUS).

3.5. Garantir os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução das ações de regularização, identificação, salvaguarda, acesso e divulgação do Patrimônio Cultural da Saúde, constituído por bens materiais e imateriais – afirmando o pleno direito ao acesso às fontes da cultura nacional.

3.6. Promover o acesso à informação em saúde para os cidadãos, trabalhadores, gestores, conselheiros e profissionais das Defensorias e Ministério Público, de forma a fortalecer a gestão e o controle social.

3.7. Assegurar o acesso à informação, atendendo às normas de acessibilidade do governo e estabelecendo parcerias com instituições de apoio a pessoas com deficiência.

3.8. Assegurar recursos orçamentários para institucionalizar uma Rede Pública Nacional de Comunicação em Saúde, de acordo com as recomendações das 11.<sup>a</sup> e 12.<sup>a</sup> Conferências Nacionais de Saúde, que fortaleça as redes e os movimentos sociais e integre todos os segmentos envolvidos com o controle social.

3.9. Assegurar, junto ao Ministério das Comunicações, o uso do espaço gratuito em todos os meios de comunicação públicos e privados para a divulgação de programas e matérias em defesa da vida e de informações de saúde de relevância pública e interesse local com linguagem acessível.

## **Anexo**

### **I FÓRUM DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE**

#### **CARTA DE COMPROMISSO DOS PROFISSIONAIS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE**

Na perspectiva da construção de uma política nacional de informação, educação e comunicação em saúde que garanta à sociedade o usufruto de seus direitos, nós, profissionais integrados às práticas de gestão do conhecimento e dos serviços de atendimento ao cidadão, reafirmamos o nosso compromisso com a efetivação dessa política, de forma a fortalecer a participação social e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) nas suas diretrizes e propósitos.

Entendemos que esse desafio impõe a incorporação e a afirmação de princípios éticos e a valorização desse campo de trabalho, como um elo fundamental entre os mecanismos de democratização do conhecimento em saúde, na condição de bem público e força motriz que aprimora as relações entre Estado e Sociedade na conquista da justiça social.

É necessário focar a informação, a educação e a comunicação no seu amplo sentido e, com suas peculiaridades que envolvem gestores, profissionais, conselheiros e usuários na utilização de vários suportes e meios de produção, captação, registro, preservação, acesso, segurança, intercâmbio e circulação de conhecimento. Uma política que expresse esse conceito de forma integrada e interdependente evidencia sua dimensão emancipatória e traz à tona os princípios de integralidade, de universalidade e da equidade do SUS.

Dessa forma, registramos como vertentes desse propósito contribuir na efetivação do Pacto Nacional de Gestão da Saúde em Defesa da Vida e do SUS – consensuado pelas três esferas de gestores (federal, estadual e municipal) e pelo Conselho Nacional de Saúde – e do Pacto pela Democratização e Qualidade da Informação e Comunicação em Saúde com foco no Controle Social, construído pelos Conselhos de Saúde.

O I Fórum de Informação em Saúde, realizado em Brasília, no período de 5 a 7 de dezembro de 2006, com a participação de cerca de 200 profissionais e 35 instituições, debateu sobre a valorização do Patrimônio Cultural da Saúde, a implementação da Política Editorial, o aperfeiçoamento da Gestão Arquivística de Documentos, a construção da Biblioteca Virtual em Saúde do Brasil e o fortalecimento da Rede de Bibliotecas e Unidades de Informação Cooperantes da Saúde – Brasil – Rede BiblioSUS.

A presente carta explicita o compromisso desse conjunto de profissionais e instituições com os propósitos do I FIS, com a efetivação das recomendações da 12ª Conferência Nacional de Saúde e com a valorização e engajamento dos trabalhadores envolvidos neste campo de atuação para construção de uma política nacional de informação, comunicação e educação e com a efetiva participação na realização da primeira conferência nacional sobre o tema, prevista para o ano de 2007.